



## Grupo de pesquisa Políticas públicas de educação e educação especial

Research group Public policies of education and special education

Andressa Santos Rebelo<sup>1\*</sup>

**Resumo:** Neste artigo objetiva-se apresentar as principais atividades, interesses e trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de pesquisa Políticas públicas de educação e educação especial. Utilizando-se os procedimentos de pesquisa documental e bibliográfica, consultamos trabalhos finais, publicações de seus membros e registros internos para a sua organização. Criado em 2008 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o grupo tem caráter interinstitucional. Teve início através da interlocução de pesquisadores que desenvolvem suas investigações em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em 2010 seus projetos de pesquisa foram contemplados pelo Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Edital Observatório – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente desenvolve projeto de pesquisa que tem o objetivo de conhecer a relação entre as concepções de deficiência e de seu atendimento na Europa e América do Norte. Outra pesquisa procura analisar os indicadores educacionais brasileiros a partir da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado. Ao longo de sua trajetória, o grupo procura contribuir com a realização de diagnóstico, trabalho conjunto aos demais setores de políticas públicas e análise das ações governamentais que indicam potencial para atingir maiores contingentes do público-alvo da educação especial.

**Palavras-chave:** Educação especial. Política educacional. Pesquisa em educação.

---

\* Doutora em Educação, docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil, andressarbl@gmail.com, Grupo de pesquisa Políticas públicas de educação e educação especial.



## Introdução

Neste artigo objetiva-se apresentar as principais atividades, interesses e trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de pesquisa Políticas públicas de educação e educação especial.<sup>1</sup>

O grupo organiza-se nas linhas de pesquisa (1) Formação de professores e (2) Políticas e práticas institucionais. Criado em 2008 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o grupo tem caráter interinstitucional. Teve início através da interlocução de pesquisadores que desenvolvem suas investigações em quatro estados brasileiros: São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em 2010 seus projetos de pesquisa foram contemplados pelo Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Edital Observatório – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (DGP. CNPq, 2017).

Entre as pesquisas concluídas, destacamos o projeto “Desafios da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva em municípios brasileiros”, coordenado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, financiado pelo CNPq e “A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros” (Observatório da Educação/CAPES), sob coordenação da Universidade Estadual de Londrina. Esses projetos contaram com a participação de docentes e discentes da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal de São Carlos e Universidade Federal de Santa Catarina.

Atualmente o grupo desenvolve a pesquisa “Estudo das relações entre o atendimento à pessoa com deficiência no Brasil e a produção europeia e norte-americana”. Na história da educação especial brasileira, há inúmeros exemplos de referências estrangeiras nas políticas e práticas adotadas em relação ao atendimento educacional das pessoas com deficiências. Partindo dessa constatação, o objetivo do projeto consiste em conhecer a relação entre as concepções de deficiência e de seu atendimento na Europa e América do Norte, a formação da perspectiva da política de atendimento educacional no Brasil para essa população. O *corpus* da pesquisa constitui-se de documentos da legislação brasileira, produção científica brasileira referente à deficiência e seu atendimento em diferentes épocas, produção científica europeia e

---

<sup>1</sup> Endereço para acessar o espelho do Grupo no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes/CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6662666493383097>. Outras informações: <http://ppees.ufms.br/>.



norte-americana referente à deficiência e seu atendimento em diferentes épocas, e documentos internacionais de orientação a diferentes países. Trata-se de uma pesquisa documental e para fins de organização dos procedimentos de coleta e análise dos dados, dividimos o trabalho em três períodos: Colônia e Império; início da República até a Constituição de 1988; e da Constituição de 1988 até o início do século XXI (Kassar, 2013).

Disponibilizamos o acesso público a parte do material coletado na pesquisa, com documentos digitalizados sobre a educação da pessoa com deficiência, publicados no século XIX e século XX, catalogados por décadas (<http://ppees.ufms.br/?cat=5>).

Outra pesquisa em andamento intitula-se “Indicadores educacionais brasileiros a partir da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado”. Seu objetivo é analisar os indicadores educacionais brasileiros a partir da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado. Por objetivos específicos pretende-se: discutir as modificações da política educacional brasileira, por meio de análise documental e revisão de literatura; e avaliar o movimento das matrículas, estabelecimentos educacionais e demais indicadores educacionais no Brasil, nas diferentes unidades da federação a partir da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado em 1995, por meio dos levantamentos estatísticos empreendidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e dos microdados obtidos pelo Censo Escolar da Educação Básica.

No eixo da extensão universitária o grupo desenvolve o projeto “Instrumentalização de confecção de blog com crianças na primeira fase do ensino fundamental”, parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Prefeitura Municipal de Corumbá. O projeto aborda a escolarização de alunos com deficiência, tendo por finalidade contribuir para a aquisição da leitura e escrita por meio das tecnologias da informação e comunicação. A ação é desenvolvida no município de Corumbá (MS) em uma escola regular/comum que atende majoritariamente alunos que vivem na Bolívia e oferece atendimento educacional especializado a alunos com deficiência. Os alunos participantes alimentam uma página hospedada no portal da universidade (<http://www.ppees.ufms.br/blogcaic/>).

## **Fundamentação teórica do grupo**



O grupo trabalha com autores do campo da avaliação de políticas públicas e políticas educacionais. As políticas de educação especial inserem-se entre as demais ações governamentais e/ou estatais, assim, para melhor compreender a organização da educação especial no Brasil é preciso articular o fenômeno da educação às políticas de Estado. Segundo Di Giovanni (2010), as políticas de Estado são aquelas que conseguem ultrapassar os períodos de um governo. Ou seja, políticas públicas são políticas de Estado ou políticas de governo. A diferença entre aquilo que é política de Estado e o que é política de governo é a maneira como elas são institucionalizadas.

Considera-se que políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder as demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade (Oliveira, 2011).

É preciso não confundir Estados com governos, “estes passam, o Estado fica e é a perspectiva de transformação do Estado que deve orientar nossas ações, no sentido de materializar aquela concepção de direitos, de cidadania e de política social que, inegavelmente, passa pela responsabilidade do Estado” (Behring & Boschetti, 2008, p. 198-199). Nem o Estado, nem o governo que está no poder e nem a sociedade ou as instituições que a conformam são blocos monolíticos e homogêneos; eles são constituídos por forças sociais em confronto (Behring & Boschetti, 2008). Na avaliação de políticas públicas é importante distinguir uma política de governo de uma política de Estado, a fim de compreender as suas (des)continuidades. Apesar de uma e outra estarem intimamente relacionadas, os governos podem desenvolver uma autonomia relativa em relação ao que se espera enquanto política de Estado em determinada época.

Mesmo com todas as ressalvas, Bonamino e Sousa (2012) atestam a importância da avaliação da política pública pelo governo, dando o exemplo de que entre os marcos presentes na formulação e na implementação das políticas educacionais brasileiras nas duas últimas décadas ganham destaque as avaliações com elementos comuns a propostas realizadas em



outros países, expressando um movimento com base em uma agenda mundial. Além de outros objetivos, as iniciativas de avaliação associam-se à procura pela melhora da qualidade do ensino, estabelecendo parâmetros de gestão dos sistemas educacionais. Daí a avaliação das políticas públicas, por quem *faz* a política, mas, sobretudo pela academia ser imprescindível para a compreensão e análise desses processos, pois ambos têm perspectivas diferentes sobre avaliação e qualidade da educação.

Nesse sentido, a análise da gênese, das crises e contradições do Estado, como instituição constituinte do modo de produção capitalista, não deve ser dispensada (Gramsci, 1980; Marx, 198-), bem como a compreensão das diferentes propostas de política pública e suas determinações históricas (Fiori, 2003; Harvey, 2008; Ianni, 1996; Oliveira, 1989; Sader & Gentili, 2008). Faz-se necessário considerar as políticas e práticas educacionais em curso no Brasil dentro da atual dinâmica federativa da educação brasileira e da concepção de desenvolvimento econômico presente (Cury, 2010), e nestas os planos, programas e projetos governamentais para a educação básica na contemporaneidade (Leher, 2010; Pochmann, 2011; Duarte, 2012).

## **Metodologia**

Para elaborar este texto, utilizamos os procedimentos de pesquisa documental e bibliográfica (Godoy, 1995; Silva, Damaceno, Martins, Sobral, & Farias, 2009), com consulta a trabalhos finais, publicações e registros internos do grupo.

## **Apontamentos sobre a produção acadêmica**

Durante o período de 2010 a 2014 foram publicados pelos integrantes do grupo de pesquisa Políticas públicas de educação e educação especial, 39 trabalhos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Seus membros publicaram 2 trabalhos em 2010, 8 trabalhos em 2011 e 14 trabalhos em 2012. Em 2013 foram contabilizados 6 trabalhos e em 2014 foram divulgados 9 trabalhos (Gonçalves, 2016).

Destes estudos, 8 foram publicados na forma de artigos em periódicos, 4 foram publicados em forma de dissertações de mestrado, 18 textos publicados em anais de eventos, 8 capítulos de livros foram divulgados e 1 trabalho realizado como tese de doutorado. Os



temas mais pesquisados pelo grupo, de forma geral, abrangiam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, os desafios de se implantar uma política nacional e estudos sobre os programas voltados à inclusão escolar abrangendo municípios de Mato Grosso do Sul. Vários trabalhos foram publicados com o tema atendimento educacional especializado (AEE) com direcionamento a estudantes de todo Brasil e também de alguns municípios de Mato Grosso do Sul (Gonçalves, 2016).

Ainda foram pesquisados pelo grupo temas voltados aos indicadores de matrículas em atendimento educacional especializado no Brasil, porém, a maior parte das pesquisas sobre este assunto volta-se a municípios de Mato Grosso do Sul, como a cidade de Corumbá. Há trabalhos que retratam a questão da formação de professores, de como estes vem sendo preparados para atender alunos com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino regular. E também a respeito das salas de recursos (multifuncionais) na escola, trazendo 4 trabalhos que tratam sobre este assunto. Os temas menos pesquisados pelo grupo foram metodologias de pesquisa, currículo e fracasso escolar (Gonçalves, 2016).

Os trabalhos de conclusão de curso de graduação concluídos nos anos de 2016 e 2017 apresentam os títulos: “Benefício de Prestação Continuada na Escola: documentos e indicadores”, “Inclusão escolar e uso das novas tecnologias em uma escola de fronteira”, “Alfabetização e letramento na fronteira do Brasil com a Bolívia” e “Letramento digital em contexto de inclusão escolar: a experiência de um blog na escola”.

As dissertações de mestrado concluídas entre 2016 e 2017 foram: “Acessibilidade: uma análise da existência de barreiras à inclusão de alunos com deficiência/NEE, na rede municipal de ensino de Corumbá/MS”, “O uso da tecnologia educacional e da tecnologia assistiva na escolarização de estudantes com deficiência no município de Corumbá (MS)” e “Educação infantil e Educação Especial: os indicadores de matrículas nos municípios de Mato Grosso do Sul (2011-2013)”. Foi concluída, no mesmo período, a pesquisa de doutorado “A Educação Especial no Brasil: indicadores educacionais de atendimento especializado (1973-2014)”.

São trabalhos individuais em andamento: Trabalho de conclusão de curso de graduação: “Inclusão escolar nas aulas de educação física: um estudo de caso”. Iniciação científica: “Educação Especial como política pública no Brasil: o CENESP e a cooperação



internacional” (Bolsa CNPq) e “Indicadores de matrícula da Educação Especial em Mato Grosso do Sul entre 2007 e 2016” (Bolsa UFMS). Mestrado: “Formação e atuação de professores de língua portuguesa e língua estrangeira na educação de estudantes surdos em escolas públicas municipais de Ladário – Mato Grosso do Sul”, “Educação Especial no Campo: uma análise dos indicadores educacionais em Corumbá MS” e “Educação bilíngue, inclusão escolar e tecnologia educacional: rompendo com as barreiras da comunicação entre alunos surdos e ouvintes”.

As pesquisas desenvolvidas pelo grupo indicam que, apesar dos avanços alcançados nos últimos anos com a matrícula de alunos com deficiência em sala de aula comum com a previsão de atendimento educacional especializado na escola pública, há ainda limites na organização e nas condições materiais objetivas das redes de ensino para implementar a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

### **Considerações**

Muitas vezes o direcionamento da política de educação especial acompanha o olhar econômico e não o pedagógico, que impõem limites na realização das ações implementadas. Os limites da educação inclusiva brasileira não estão associados apenas ao programa adotado de atendimento educacional especializado, mas também em outros, como no Educação Inclusiva: direito à diversidade. Esses problemas afetam diretamente a educação brasileira e estão presentes em diferentes seguimentos: desde a formação de professores para a educação especial ao tipo e alcance do atendimento educacional especializado disponibilizado (Rebelo & Kassar, 2017).

Torna-se, portanto essencial o acompanhamento e avaliação das políticas de educação especial, a fim de se apresentar uma análise distinta daqueles diretamente envolvidos em sua execução, nos diferentes processos de implementação. Ao longo de sua trajetória, o grupo de pesquisa procura contribuir com a realização de diagnóstico, trabalho conjunto aos demais setores de políticas públicas e análise das ações governamentais que indicam potencial para atingir maiores contingentes do público-alvo da educação especial.

### **Referências**



- Behring, E. R., & Boschetti, I. (2008). Projeto ético-político do Serviço Social e política social. In Behring, E. R. & Boschetti, I. *Política social: fundamentos e história* (pp. 192-199) (5th ed.). São Paulo: Cortez.
- Bonamino, A. M. C., & Sousa, S. Z. (2012). Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 38 (2), 373-388.
- Cury, C. R. J. (2010). A questão federativa e a educação escolar. In: Oliveira, R. P. & Santana, W. (Orgs.). *Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: UNESCO.
- DGP. CNPq. (2017). Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes/CNPq. *Grupo Políticas públicas de educação e educação especial*. Recuperado em 29 de dezembro de 2017, de <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6662666493383097>.
- Di Giovanni, G. (2010, março/abril). Entrevista com Geraldo Di Giovanni, professor doutor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Unicamp. *Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ). Jornal nº 27. Psicologia e políticas públicas*. Recuperado em 27 de abril de 2016, de <http://www.crpj.org.br/publicacoes/jornal/jornal27-geraldodigiovanni.pdf>.
- Duarte, M. R. T. (2012). Educação e desenvolvimento: modos de regulação dos sistemas educacionais. *Perspectiva*, Florianópolis, 30 (2), 683-718.
- Fiori, J. L. (2003). *O vôo da coruja*. Rio de Janeiro: Record.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Rev. adm. empres.*, 35 (3), 20-29.
- Gonçalves, V. E. (2016). *Produções Acadêmicas do grupo de pesquisa Políticas Públicas de Educação e Educação Especial na UFMS (2010-2014)*. Monografia de graduação em Letras/Espanhol, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá.
- Gramsci, A. (1980). O moderno príncipe. In Gramsci, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno* (pp. 3-102). (4th ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Harvey, D. (2008). O Estado Neoliberal. In Harvey, D. *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.
- Ianni, O. (1996). *Estado e planejamento econômico no Brasil* (6th ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kassar, M. C. M. (2013). *Estudo das relações entre o atendimento à pessoa com deficiência no Brasil e a produção europeia e norte-americana*. Projeto de Pesquisa UFMS/PROPP.
- Leher, R. (2010). Educação no Governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In Vários autores. *Os anos Lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010* (pp. 369-412). Rio de Janeiro: Garamond.
- Marx, K. (198-). O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In Marx, Karl, & Engels, F. *Obras escolhidas* (pp. 203-285). São Paulo: Alfa-Omega.
- Oliveira, D. A. (2011). Das políticas de governo a política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, 32 (115), 323-337.
- Oliveira, F. (1989). *A Economia da Dependência Imperfeita* (5th ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Pochmann, M. (2011). Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. *SER Social*, Brasília, 13 (28), 12-40.





- Rebello, A. S., & Kassar, M. C. M. (2017). Escolarização dos alunos da educação especial na política de educação inclusiva no Brasil. In *XII Encuentro Iberoamericano de Educación*, (pp. 142-143). Alcalá de Henares: UNESP Cultura Editora/Universidad de Alcalá, 2017.
- Sader, E., & Gentili, P. (Orgs.). (2008). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* (8th ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Silva, L. R. C., Damaceno, A. D., Martins, M. C. R., Sobral, K. M., & Farias, I. M. S. (2009). Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação do docente. In *IX Congresso Nacional de educação - EDUCERE*. Curitiba: PUCPR.